

### Resumo:

O artigo elabora uma breve análise da relação entre educação ambiental participativa (EAP) e a cidadania nas comunidades do Baixo Amazonas com o espaço urbano. O principal objetivo da pesquisa é avaliar como a educação ambiental participativa não-formal nas comunidades é capaz de mudar os comportamentos dos atores sociais nelas inseridos e influenciar na qualidade de vida das pessoas. A pesquisa analisou o processo não-formal de educação ambiental (constituído por campanhas, palestras, caminhadas ecológicas e seminários) organizado pelo grupo não governamental chamado Guardiã nas comunidades urbanas do Baixo-Amazonas. Os dados da pesquisa foram obtidos via método observacional, grupo focal, questionário semiestruturado e diagnóstico rápido participativo nas áreas pesquisadas (comunidades que ficam no trecho urbano da rodovia PA 457 que liga a cidade de Santarém com a Vila de Alter do Chão, no oeste do Estado do Pará). O estudo aplicou abalizado arcabouço teórico para abordar os fatores que definem a relação entre a teoria e a prática na educação ambiental participativa e como estes fatores são aplicados nas comunidades estudadas, relacionando-os com as transformações que provocaram no comportamento dos atores sociais envolvidos (BITTAR, 2004; GOHN, 2004; CARVALHO, 2004; LEFF, 2001; LOUREIRO, 2005). Como resultado da pesquisa verificou-se que a falta de informação dos atores sociais foi decisiva para acirrar o processo de degradação, poluição e desaparecimento de igarapés, lagos e florestas. Constatou-se também que o início do processo de educação ambiental desencadeia mudança de comportamentos das pessoas. Quanto mais existe a participação popular nas ações educativas, mais se percebe a mudança na qualidade de vida dos moradores. Diversas ações socioambientais empreendidas pelas comunidades tiveram eficácia pontual e limitada no tempo e no espaço. Todavia, a ausência de políticas públicas nas comunidades não impede que estas se organizem para garantir seus direitos. A consciência formada pela participação não-formal nas atividades educacionais é também um caminho possível para viabilizar a organização das pessoas em comunidade. O estudo ainda apontou que, a implementação da educação ambiental participativa enquanto estratégia de aproveitamento das potencialidades locais e inclusão do respectivo capital social é uma ação que estimula o desenvolvimento econômico sustentável. A consciência dos direitos, adquiridos por meio das interações, também ajudou as comunidades a reivindicarem melhoria junto às autoridades públicas. A participação nas discussões ambientais é um grande destaque da pesquisa. 86 por cento dos pesquisados já participaram de algumas discussões ambientais nas suas respectivas comunidades. Por isso, é indispensável a continuação da educação ambiental participativa não-formal nas comunidades, embora os problemas ambientais anteriores ao desenvolvimento do processo dessa educação ainda sejam recorrentes na Região pesquisada. A principal proposta de discussão é avaliar como a educação ambiental não formal é um importante instrumento de realização da cidadania, que implica na melhoria da qualidade de vida. Trata-se de um processo que necessita de continuidade para que seus objetivos sejam atingidos. É indispensável que se discuta a necessidade de envolvimento dos atores sociais nas ações do governo em todos os níveis. A participação da população no planejamento, execução e na avaliação das políticas públicas melhora a qualidade de vida das pessoas nas áreas urbanas. Assim, o indivíduo é capaz de sentir e agir como protagonista de sua própria história, transformando a sociedade por meio de participação ativa nas decisões que afetam sua vida. Essa participação deve ser ativa e contínua em todas as escalas de poder e nas decisões que afetam o ambiente. A promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico e o instrumento para a construção do sentido da responsabilidade dependem do nível dessa participação. □